

7.ª COMISSÃO PERMANENTE DE CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

Petição n.º 6/2019 – “Escola EB1 c/JI do Vale de Alcântara”

Ficha de Avaliação do Estado de Conservação da Escola EB1 c/ JI do Vale de Alcântara

1) NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa, a 2 de abril de 2019, de um e-mail referenciado com o assunto “Encerramento no 3.º período da Escola EB1 c/ JI do Vale de Alcântara”, enviado pela peticionária Patrícia Duarte, a 1 de abril de 2019, cujo pedido é manifestarem-se “Contra a deslocação dos alunos para a Escola Manuel da Maia pela enorme falta de condições físicas e de segurança dessas instalações, preferindo pela colocação de contentores temporários em descampado adjacente ao bairro devidamente vedado para a instalação das quatro turmas do Primeiro Ciclo”, foi o presente reencaminhado pelo Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa à Comissão competente em razão da matéria, à 7.ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, que deliberou emitir o seu Relatório, nos termos regimentais.

2) CONSIDERANDOS

Os moradores dos Bairros Quinta do Loureiro, Ceuta Sul, Cabrinha e adjacentes, assim como os encarregados de Educação dos Alunos da Escola EB1 c/ JI do Vale de Alcântara, manifestaram preocupação com as condições das infraestruturas do equipamento escolar. E, pese embora tenham procurado alertar as entidades competentes para o mau estado da Escola, foram surpreendidos pela notícia de um iminente encerramento das instalações no terceiro período. Pelo que, e apesar de serem a favor do encerramento temporário para obras de reabilitação deste equipamento, protestaram por não serem incluídos no processo de decisão sobre o futuro dos seus filhos, atendendo a que tais alterações irão perturbar as rotinas diárias, não lhes tendo sido dada a oportunidade de sugerir alternativas que minimizem esse



impacto. Manifestaram-se contra a deslocação das crianças para a Escola Manuel da Maia pela enorme falta de condições físicas e de segurança dessas instalações, preferindo a colocação de contentores temporários em descampado adjacente ao bairro, devidamente vedado, para instalação das quatro turmas do 1.º ciclo.

Atendendo ao assunto apresentado, a 7.ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto ouviu os Senhores Peticionários, o Senhor Vereador da Educação, Direitos Sociais, Manuel Grilo, os Senhores Deputados Municipais, e visitou a Escola Manuel da Maia, onde teve a oportunidade de observar os problemas identificados pelos peticionários, procurando saber quais as medidas que foram implementadas para os alunos da Escola EB1 do Vale de Alcântara e observar as condições e segurança do equipamento.

3) ENQUADRAMENTO

Na sequência da audição do Senhor Vereador Manuel Grilo, a 22 de abril de 2019, a Senhora Presidente da 7ª Comissão, Simonetta Luz Afonso disse que, atendendo à questão levantada pela Comissão de Pais da Escola EB1 Vale de Alcântara, coloca algumas questões relativamente ao encerramento da escola, nomeadamente, a grande questão é saber, para onde vão os alunos, quais as condições. se vai haver transporte, refeições.

AUDIÇÃO VEREADOR DIREITOS SOCIAIS:

Na audição o Senhor Vereador Manuel Grilo, começou por dizer que, em março de 2018, a Câmara, através do departamento da Educação contactou o LNEC para desenvolver um estudo sobre a avaliação do estado de conservação das escolas do Município de Lisboa, de forma a ter noção sobre o estado atual dos diversos equipamentos do pré-escolar e primeiro ciclo, com o objectivo de recolher informação que conduzisse a um processo de requalificação das escolas, assente em critérios técnicos das necessidades de intervenção, definindo ainda critérios objetivos que permitissem a realização de um levantamento rigoroso e, ao mesmo tempo, transparente e inteligível para os diversos atores do processo, bem como para as comunidades escolares e respetivas direções de agrupamentos. O método utilizado para a avaliação foi o MAIEC - Método de Avaliação do Estado de Conservação de Imóveis –



adaptado para a realidade escolar e examinando 3 parâmetros independentes – o edificado, as acessibilidades e equipamentos. Permitindo desta forma criar um índice global coordenado. Em dezembro, o levantamento foi concluído e o LNEC deu início à análise mais aprofundada dos dados levantados, tendo sido apresentado ao Município, no final do 1.º trimestre de 2019, um relatório preliminar contendo as primeiras conclusões. Perceberam, por parte dos Engenheiros, que fizeram o levantamento, um alerta vermelho sobre duas escolas, a Escola Básica EB1 do Vale de Alcântara e a Escola Básica 1 de São Sebastião da Pedreira.

A Escola Básica EB1 do Vale de Alcântara tem menos de 20 anos e apresenta deformações estruturais graves devido a um movimento dos solos, aparente, que não se encontra ainda estabilizado, não constituindo, no entanto, uma situação de risco iminente para os utilizadores. Ou seja, apesar de a estrutura do edificado estar debilitada, não há perigo de queda no imediato, mas em caso de sinistro, um pequeno tremor de terra ou chuvas fortes, está mais vulnerável a sofrer um acidente.

Face a estes alertas, o Município decidiu agir de acordo com o princípio da precaução, deslocalizando estas escolas para as respetivas sedes de agrupamento, ficando assim os alunos, os professores e os técnicos / auxiliares em segurança, enquanto será feita uma avaliação mais profunda, de forma a poder decidir se essas escolas serão permanentemente encerradas e deslocalizadas para outros edifícios próprios ou se poderão ser alvo de reabilitação. Os problemas revelados na análise feita pelo LNEC, não permitiam que a sua correção fosse profundamente analisada e corrigida com os alunos no interior do edificado. E, como tal, a opção pela deslocalização para a escola sede com as devidas adaptações foi aquela que se apresentou com menor rutura no dia-a-dia dos alunos.

O gabinete de Educação da CML começou por falar com a Associação de Pais do agrupamento Manuel da Maia, de forma a envolver os encarregados de educação no processo. No entanto, ao perceberem que era a Associação de Pais de todo o Agrupamento e não da escola específica do Vale de Alcântara, foi nomeada uma Comissão constituída com 4 pais, Encarregados de Educação da Comunidade Escolar para acompanhar todo o processo, e tomadas de decisão, relativamente à deslocalização dos alunos para EB 2,3 – Manuel da Maia. Essa colaboração veio a revelar-se extremamente positiva e as sugestões dos pais têm sido tomadas em conta, promovendo o bem-estar entre todos os envolvidos – CML; Direção de



Agrupamento; Ministério da Educação, Direção-Geral dos Equipamentos Escolares; Junta de Freguesia de Campo de Ourique; Pais e Encarregados de Educação.

Sobre os espaços para onde irão ser transferidos os alunos, no dia 23 de abril de 2019 (dia do início de aulas do 3.º período):

O pré-escolar – O jardim-de-infância foi temporariamente transferido para a Escola Básica 1 – Jardim Infantil Santo Condestável.

O primeiro ciclo – Foi possível criar um espaço autónomo nas instalações da Escola Básica Manuel da Maia, com recreio próprio e independente dos alunos mais velhos, a escola já tem uma entrada independente da EB 2,3. Duas salas de aula funcionarão dentro do edifício consignado para estes alunos, o antigo espaço da música e duas salas funcionarão em monoblocos no espaço de recreio exclusivo e reservado para estes alunos. O refeitório será de uso comum, mas com acesso próprio e horário desfasado, de forma a não se encontrarem com os alunos mais velhos. Foram tidas em conta todas as sugestões possíveis de acolher por parte dos pais e encarregados de educação e foram efetuadas as intervenções necessárias ao máximo conforto possível de dar neste momento aos alunos, de forma a haver uma transição tranquila e sem sobressaltos.

A CML irá garantir transportes Alfacinhas aos alunos da EB1 e do Jardim de Infância em três horários distintos, tanto de saída como de regresso à escola.

Ao contrário do que seria ideal, não foi possível a cedência de uma loja na zona da Avenida de Ceuta Sul, local que os pais preferiam como ponto de partida e abrigo dos alunos das saídas e chegadas da escola. Por isso, o local de saída e regresso será à porta da EB1 do Vale de Alcântara e, não sendo esta uma solução ideal, foi a que reuniu o maior consenso entre todos os intervenientes.

A Junta de Freguesia de Campo de Ourique cedeu amavelmente as suas instalações para este fim, devido à zona ser considerada pouco segura, os pais preferiram a porta da escola, mas, irão continuar a fazer as diligências necessárias de forma a encontrar uma situação melhor.

Disse a Presidente da 7.ª Comissão, a Deputada Municipal – Simonetta Luz Afonso, que, apesar de se estar a falar sobre a Escola Vale de Alcântara, percebeu que está sempre associada, em questão de obras, à Escola S. Sebastião da Pedreira, sugerindo que quem



quisesse colocar questões sobre esta escola o poderia fazê-lo, uma vez que também está associada ao relatório do LNEC.

Tomou a palavra a Deputada Municipal Mafalda Cambeta (PSD), salientando a situação ingrata em que se encontra o Vereador Manuel Grilo, dado estar agora com um assunto destes a meio de um mandato, e tudo isto está a acontecer a meio de um 2.º período escolar. E os Encarregados de Educação preocuparam-se exatamente por esta situação implicar a mudança de rotinas para as crianças a meio de um 2.º período, até porque algumas delas tinham a escola perto de casa e o suporte que tinham quer familiar, quer de amigos, para as levar ou apanhar podia deixar de acontecer. E por isso os pais sentiram-se desamparados a meio de um 2.º período com estas mudanças, o que também é compreensível por parte dos Peticionários.

Perguntou também em relação ao refeitório, como irá funcionar, se se vai manter na escola ou vai sair da escola, e qual e como vão ser fornecidas as refeições, uma vez que o refeitório, para além de servir a Escola Vale de Alcântara, servia também a Escola 6. Por isso, perguntou como vai suceder, isto é, se a empresa que fornecia as refeições se vai manter no espaço e, não sendo o espaço seguro, a empresa certamente terá que ir para outro lugar. Perguntou ainda quanto ao transporte, uma das preocupações dos Encarregados de Educação. Trata-se do bairro não ser uma zona segura, pois não gostariam que fosse dentro do bairro. Ainda se levantou a hipótese de a escola ir para uma coletividade, que tivesse espaço para acolher as crianças, mas os encarregados de educação ofereceram alguma resistência. Por isso, perguntou se a escola vai estar aberta para as crianças entrarem em caso de chuva e trovoadas ou estas terão que ficar à porta da escola.

Disse o Vereador Manuel Grilo que, em relação às refeições, as crianças vão comer no refeitório da Escola Manuel da Maia em horário desfasado das outras crianças e falou que o acerto que será feito será seguramente com a escola e que, à partida, comerão onde comem os alunos do 2.º e 3.º Ciclo.

A Escola 6 vem de outra escola, mantém-se a escola do 1.º Ciclo, irá manter-se a fornecer a escola do 1.º Ciclo, vai haver um reajuste da rede, no que respeita ao transporte das refeições, mas será sempre a escola do 1.º Ciclo a transportar para a escola do 1.º ciclo.

Neste caso, estão na Escola Básica 2, 3 e será no refeitório da escola com horário desfasado.

Em relação à questão de os alunos entrarem na escola, disse que ninguém vai entrar na escola, porque estará vedada. A ideia inicial seria concentrarem-se numa loja das que existem, seja na Junta de Freguesia, seja de outra, isto é, se chover, deverá haver um local de concentração onde as crianças se possam abrigar para os autocarros as irem apanhar e deixar no final do dia.

Tomou a palavra a Deputada Municipal Ana Mateus (PSD), tendo perguntado como vão ser asseguradas a colocação de turmas com os alunos que vão chegar, tendo o Vereador Manuel Grilo dito que a escola não desapareceu, a escola foi deslocalizada, saem de um edifício para o outro, mas mantém-se tudo tal e qual como está e cada turma terá uma sala de aulas, tal como tinha na anterior escola, com os mesmos professores, com os mesmos assistentes operacionais, com as pessoas que conhecem no dia-a-dia. A escola terá exatamente o mesmo curriculum que tinha quando estava no Vale de Alcântara, terá o mesmo agora na Manuel da Maia, com os mesmos professores, materiais, e estão a finalizar pequenos pormenores. Será transferido com tudo aquilo que se estava a fazer no Vale de Alcântara, materiais de ensino, materiais de professores, é tudo transferido para a Escola Manuel da Maia e recriado todo o ambiente escolar que existia no Vale de Alcântara.

Tomou a palavra o Deputado Miguel Teixeira (PS), que disse, que para o transporte será importante assegurar-se um reforço de segurança, e atendendo ao número de crianças e respectivas idades existem as declarações de idoneidade dos vigilantes o que obriga a um conjunto de requisitos. Perguntou ainda, se não existe um espaço que possa acolher as crianças de possíveis intempéries e, se existe, qual a área estimada, isto é, num ciclo máximo de concentração de todas as crianças, qual é o número de área.

Respondeu o Vereador Manuel Grilo, dizendo que, em relação ao transporte de crianças, será acompanhado conforme estipulado pela lei. Em relação ao 1.º Ciclo, terão seguramente acompanhamento por parte do departamento de Educação e a Junta de Freguesia também estará envolvida no acompanhamento das crianças desde o local onde as apanham até à sua entrega. Em relação ao pré-escolar, terão cadeiras próprias, tendo em atenção as respetivas idades. Portanto, o transporte é todo ele assegurado e pensado de forma dedicada em relação às crianças. Haverá no ciclo da manhã três transportes, porque as crianças, ou os pais, muitas vezes atrasam-se e era um problema sempre referido, por isso haverá 3 ciclos

para apanhar e levar as crianças até à escola, e na parte da tarde será igual, por forma a evitar que haja uma criança que fique para trás.

Em relação à área, existem 74 crianças do 1.º Ciclo e 25 do Pré-Escolar, ou seja, 99 no total. Portanto, se chover, é preciso encontrar-se um local de concentração de manhã e depois de recolha à tarde, pode ser também por parte dos pais, é só esta a dúvida que tem neste momento.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, o Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS), tendo dito que, não obstante a Junta de Freguesia não ter sido escolhida como ponto de recolha ou de retorno ao Vale de Alcântara, vão se organizar para que esteja a funcionar no horário dos transportes e sugeriu que, enquanto não existissem instalações num imóvel previamente definido, a Câmara pudesse colocar junto do estabelecimento de ensino um abrigo idêntico aos da Carris. Provavelmente, as empresas concessionárias de publicidade terão em stock, mesmo que seja num modelo mais antigo. A existência desse abrigo ajuda a sinalizar onde os autocarros devem aportar e também para organizar a entrada nos autocarros sem ser à chuva.

A Junta de Freguesia de Campo de Ourique, está a organizar-se para prestar o apoio que a Câmara solicitou nos transportes, na vigilância do transporte, onde for necessário, durante o acompanhamento às refeições que também foi solicitado, nas equipas dos programas a intervir e do CAF, continuarão a funcionar com os mesmos meninos com quem trabalhavam até agora, e são equipas que vão ser todas reforçadas, para que tudo corra com o maior conforto possível para as crianças.

Disse a Deputada Municipal Mafalda Cambeta (PSD) que, em relação aos transportes e horários, existem horários diferentes para o 1.º Ciclo e para o Jardim de Infância, mas o primeiro horário é às 8h10m para os meninos do CAF, começa às 8h00, tendo perguntado porque não é antes das 8h00, uma vez que existem pais que precisam sair mais cedo. E, de seguida, perguntou ainda acerca do 2.º horário, estar previsto para as 8h45m e às 8h40m para o 1.º Ciclo, tendo pedido esclarecimento acerca do 3.º horário, uma vez que está para as 9h15m para o Jardim de Infância, e para o 1.º Ciclo está às 9h10m, sendo que as aulas começam às 9h00 da manhã, não percebendo a razão do 3.º horário, porque, se a razão se deve ao facto dos pais chegarem atrasados, trata-se de uma responsabilidade e prejudica o bom

mmh



funcionamento das aulas das crianças pois aquelas que chegam atrasadas vêm interromper as aulas que já estão a decorrer.

Questionou ainda quanto aos Assistentes Operacionais, uma vez que a escola tinha apenas dois Assistentes Operacionais, perguntando o que se perspetiva se estas assistentes vão as duas para a Escola Manuel da Maia, ficando o Jardim de Infância sem qualquer Assistente Operacional.

Também quis a Deputada Mafalda Cambeta (PSD), perguntar qual o futuro da escola, se o relatório do LNEC referir que não é possível a escola ficar ali, que garantia dão para haver uma escola na zona do bairro, uma vez que é isto que os petiçãoários mais solicitam. Respondeu o Vereador Manuel Grilo, agradecendo a sugestão do Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, em colocar um abrigo junto à escola para proteger e localizar as entradas e saídas. E em relação aos horários, aquilo que foi o comprometimento da Câmara para com os pais foi de haver vários horários, tendo em atenção os atrasos que sucedem das crianças, há horários certos para os alunos começarem de forma adequada, e haverá depois outros horários para que as crianças e pais possam chegar à escola. Evidentemente que prejudicam o decorrer das aulas e, se se verificar que não são necessários, então alteram-se os horários, ou seja, serão os necessários de acordo com as necessidades. Quanto ao futuro da escola do Vale de Alcântara, disse que, depois de as crianças saírem, serão efetuados estudos mais aprofundados para saber se é possível a reconstrução da escola. Como está, não oferece segurança, terão de ser verificados os terrenos e a estrutura da escola. Se não for possível reconstruí-la, então será demolida e nada mais ali será realizado, atendendo aos terrenos pesados. Existe uma salvaguarda no Vale de Alcântara, junto ao triângulo dourado, existe um terreno expectante que está alocado ao terreno educativo, esse terreno está de reserva. De qualquer forma, compartilha da opinião do Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, de que uma escola sempre estrutura um bairro e, portanto, se for possível, será dentro do bairro ou da periferia do bairro. Senão, há um terreno ao fundo da Avenida de Ceuta, junto à nova CUF, está de reserva caso não seja possível. Só após os resultados dos estudos mais aprofundados e que vão ser realizados a partir de agora, é que se saberá e dar-se-á nota à Assembleia Municipal.

Pedi a Presidente da 7.ª Comissão, a Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso, para que se promovesse todos os esforços no sentido de encontrar uma solução, para que a

escola fique no bairro, uma vez que a escola é um equipamento muito estruturante para o bairro, para criar sinergias entre os pais, as pessoas conhecem-se, ganham confiança, avós, etc., gera-se uma rede familiar que é pena acabar se a escola mudar. Disse também achar extraordinário contemplar-se horários para os atrasados, pois deviam-se educar as pessoas e, se não chegarem a horas, os pais que os transportem até lá.

Disse então o Vereador Manuel Grilo que a primeira razão foi um pedido dos pais e pelo corpo docente da escola. Em 99 alunos, pode haver dois ou três e até podem não ser sempre os mesmos alunos a chegarem atrasados. E, já que a escola é distante, pretendem prevenir e impedir o abandono escolar.

Tomou a palavra o Deputado Municipal do PCP, tendo questionado, em relação aos estudos de verificação das condições do terreno para a obra, se existe uma cronologia neste momento, uma vez que é importante saber, o futuro da escola. Ao que respondeu o Vereador Manuel Grilo, que será o mais rapidamente possível, mas que, neste momento, não tem cronograma, pois tudo foi investido na pequena obra que foi necessária realizar, quer na Manuel da Maia, quer na Marquesa de Alorna e todos os recursos da CML, foram direcionados nesse sentido. Aliás, esclarecendo que nunca é uma pequena obra, pois trabalharam Sábados, Sexta-Feira Santa, no sentido de garantirem que no dia seguinte, dia de início do 3.º período, estivesse tudo concluído. Portanto, todos os recursos foram investidos na operação de transferência das crianças. Toda a obra que foi necessária na EB Manuel da Maia e na EB Marquesa de Alorna, foi feita, apesar de pequena obra, colocando os monoblocos, significa que é necessário fazer infraestruturas, colocar água, eletricidade, é necessário colocar redes, vedações, é necessário fazer casas de banho, etc. E tudo isto é muita obra e todo o trabalho ficou vocacionado para ali e a partir de agora iriam começar a programar. Disse que irá em breve enviar à 7.ª Comissão o cronograma dos trabalhos.

Perguntou ainda a Deputada Municipal Mafalda Cambeta (PSD), se uma turma tem no máximo 26 crianças não sabendo quantas crianças estão inscritas no CAF – Jardim de Infância e estão de manhã no primeiro horário. E levantando a hipótese de serem no máximo 20, como vai suceder se todos os pais estiverem interessados no mesmo horário, sendo impossível transportar em 3 horários 99 alunos. Ao que o Senhor Vereador esclareceu, que se trata de 3 autocarros no horário das 8h40m.

mmh



Disse o Vereador Manuel Grilo que, no dia seguinte à data da audição, como é o primeiro dia, vão tentar perceber quais são os autocarros necessários, sendo que há disponibilidade da parte da CML, em garantir todas as necessidades de transportes.

Esclareceu ainda que, em todas as escolas, é respeitado o rácio que está estipulado por lei do número de alunos.

Disse então a Deputada Mafalda que a escola funciona das 8h00 às 19h00 no 1.º Ciclo, e se têm um funcionário que tem de estar depois de as aulas e tem que limpar as salas, se um funcionário que entra às 8h00 da manhã e sai às 16h00, e se tiver filhos sai às 15h00, o rácio não está completo, porque das 15h00 às 19h00 não têm assistente operacional, e por vezes têm assistentes operacionais a meio tempo, porque estão de baixa. Perguntou como é que as crianças, com apenas dois assistentes operacionais para quase 200 crianças, vão estar em segurança só com duas assistentes operacionais, sabendo que estes são os horários impostos neste Agrupamento, por isso o rácio não está a ser cumprido.

Ao que o Vereador Manuel Grilo disse que é verdade, a gestão dos Assistentes Operacionais é feita pela Direção do Agrupamento, acrescentando que, de qualquer forma, têm a garantia do Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, que já garantiu a disponibilidade para este reforço de pessoal. De qualquer forma, do pessoal docente e não docente, a direção do agrupamento já disse que vai cumprir a lei, como não seria de esperar outra coisa. Importa garantir que as crianças vão estar em segurança. Disse ainda que houve uma sondagem online em que os pais escolheram por maioria ficar no Jardim de Santo Condestável em detrimento da outra, foi uma proposta feita pela Junta de Freguesia da Estrela, que agradece a generosidade, mas os pais preferiram, depois de visitar, colocá-los no Jardim de Santo Condestável. Esclareceu ainda que, primeiro, contactaram com a Associação de Pais e depois aperceberam-se que essa Associação de Pais era de todo o Agrupamento e, portanto, não tinha representação adequada à Escola Vale de Alcântara. A partir dessa reunião de pais, começaram a trabalhar com uma Comissão devidamente constituída e então foi possível visitar a escola e verificar quais as melhores opções e tomar com elas todas as decisões. Foram decisões muito participadas pelos pais, pelo agrupamento e direção do agrupamento, pela Junta de Freguesia de Campo de Ourique, foi um processo exemplar, no sentido de todos terem percebido o que estava em causa. O corpo docente, que ao princípio também se mostrou relutante, numa reunião que teve com o engenheiro que esteve a fazer este

mlh



trabalho, juntamente com o Engenheiro do LNEC, também ficou convencido da necessidade de serem transferidos para outra escola, tendo sido facultada toda a informação. O envolvimento de todos os intervenientes, incluindo dos próprios docentes, nas decisões foi fundamental.

Por fim, disse o Presidente Pedro Cegonho que a Junta de Freguesia tem Assistentes Operacionais no Jardim de Infância a cumprir o rácio, como a lei determina, sendo o 1º ciclo da responsabilidade do Estado. De qualquer forma, deu nota que vão ter neste processo especial uma Assistente Operacional que acompanhará o Jardim de Infância, que é quem trabalha com a sala do Jardim de Infância e vão ter uma outra Assistente Operacional, que irá acompanhar em permanência o 1.º Ciclo que fica na escola sede do Agrupamento, além de que durante os horários das refeições serão as equipas do CAF que irão dar esse apoio. De qualquer forma, foi referido que estão num processo de recrutamento de novos assistentes operacionais, que vão dar apoio ao CAF e vão estar a trabalhar a tempo inteiro, em regime de contrato de trabalho em funções públicas e, portanto, esses assistentes operacionais também serão geridos, terminando o processo concursal, no sentido de dar um apoio a este processo que reconhecem que é especial e vai além da responsabilidade legal da Junta, que será um Assistente Operacional por sala.

AUDIÇÃO PETICIONÁRIOS:

A 6 de maio de 2019, foram ouvidos os Peticionários, tendo a Sra. Presidente da Comissão, Simonetta Luz Afonso, dado conhecimento a estes de que o Senhor Vereador, Manuel Grilo já havia prestado esclarecimentos sobre o assunto, tendo este dito que havia acionado os transportes e no seu entender estava tudo a correr bem. Posto isto, solicitou aos Senhores Peticionários que explicassem o que é que não estava a correr bem e o que estava a correr bem, no seu ponto de vista.

A Senhora Patrícia Duarte tomou a palavra, enquanto uma das representantes dos Peticionários, começando por dizer que estava em representação dos pais dos meninos do Vale de Alcântara e que inicialmente as reuniões correram bem e que, antes de a escola começar, parecia que tudo estava encaminhado no bom sentido, mas, assim que esta começou, aperceberam-se que estava muita coisa mal.



Deste modo, tiraram os meninos da Escola do Vale de Alcântara em virtude da informação que aquela Escola representava um perigo, não iminente, para os meninos. Isto porque, as bases, as fundações não se encontravam em boas condições. O relatório do LNEC foi apresentado e explicado por um técnico, no sentido de os Pais das crianças perceberem qual era a real situação da escola e o risco que esta representava atualmente para os meninos, uma vez que as crianças tinham de sair dali. Aos pais destas crianças foi garantido que seriam criadas as condições de acolhimento na Escola Manuel da Maia, no 5.º andar, só para elas. Os Pais não aceitaram essa situação, porque entendiam que crianças com idades compreendidas entre os 06 e os 09 anos, num 5.º andar, pelo facto de subirem e descerem todos os dias, várias vezes ao dia tantas escadas (bastante perigosas), todas em pedra mármore e muito altas, a correrem, a saltar e a empurrarem-se representava um perigo, ao que acrescia o facto de não aceitarem que as mesmas estivessem juntas com miúdos mais velhos.

Por esta razão, os pais propuseram que o edifício situado no canto da escola, que pertencia à parte da música e que estava se encontrava fechado, fosse utilizado pelas crianças, visto que ali estariam em segurança, à parte dos alunos mais velhos, bastando para tal a realização de algumas obras para funcionar em condições. Propuseram ainda, a construção de um muro no recreio para criar mais salas, na medida em que, só existiam duas e estavam em causa quatro turmas; Pelos pais foi sugerido também, a colocação de brinquedos para os meninos brincarem no recreio, vindos da antiga escola, só que, a verdade é que ainda não estava lá nada. No fundo, pretendiam criar todas as condições necessárias e semelhantes às que os meninos tinham na anterior escola para um bom funcionamento; Foi sugerido a construção de um telheiro, porque se tratava de uma zona muito descampada, e assim os meninos podiam proteger-se do sol e da chuva; tal telheiro serviria outrossim para proteger os meninos no recreio ou quando se deslocam das salas para os WC, porque não havia nenhuma proteção para o sol e chuva. Por sua vez, as balizas eram motivo de preocupação, em virtude de as que lá estavam, não se encontravam agarradas ao chão, estando só encostadas o que constituía também um grande perigo.

A Senhora Peticionária Patrícia Duarte deu nota que, tomou conhecimento por portas e travessas, (expressão utilizada por esta visto que, no seu entender neste processo todo tinha sido infelizmente assim), que no dia anterior ao início das aulas, a escola não estava em condições de abrir e receber as crianças. Deste facto deu conhecimento ao gabinete do

mlh



Vereador, nas pessoas da Sra. Rita e do Sr. Ricardo, no sentido de eles esclarecerem se a escola estaria ou não em condições de abrir, e os mesmos garantiram que sim. Disse ainda a Senhora Peticionária - Patrícia Duarte, que lhes transmitiu, que assim sendo, iria então lá com o filho, para ver se estava tudo bem e em ordem, porém nessa deslocação a mesma foi impedida de entrar, pela Senhora Ana Dantas, membro da Direção da escola, alegando que os pais dos alunos não tinham permissão de entrar no estabelecimento para interromper a atividade escolar dos meninos. Face a tal impedimento esteve na contingência de chamar a Polícia, visto entender ter o direito de ver as condições em que se encontrava o estabelecimento de ensino, onde o seu filho e os outros meninos frequentavam, porém para obviar a problemas e a pedido de uma auxiliar do Vale de Alcântara, desistiu de o fazer. Nesse dia, a Senhora Peticionária perguntou ao seu filho quando chegou a casa como tinham corrido as coisas, foi-lhe transmitido por este, que os meninos estiveram encostados mais de uma hora aos monoblocos à espera que limpassem as salas, arrumassem as mesas e as cadeiras que estavam empilhadas, umas em cima das outras, para poderem entrar, concluindo que não estava nada arrumado do que veio da escola original e compreendendo o porquê de ter sido impedida de entrar.

A Sra. Peticionária Patrícia Duarte pretendia que as pessoas que haviam afirmado que a escola estaria em condições e que deram ordens para que as aulas tivessem começado, sem estarem reunidas as condições mínimas para tal, fossem responsabilizadas por terem permitido que tal acontecesse.

Assim, entendia que tais pessoas seriam: o Senhor Diretor, Secretário da Educação, que foi em representação do Senhor Vereador, a Senhora Ana Dantas e a Professora Isabel, a atual Vice-Presidente. Questionava-se como havia sido possível abrir a escola na parte dos meninos, sem a existência de extintores no 1.º Ciclo, sem existência de limpeza na zona dos pinheiros, onde os meninos brincavam, onde havia latas, vidros, espelhos, dois bocados de cimento agarrados ao chão com um ferro saliente, onde o quadro da eletricidade estava aberto (fechava com fita cola), nas escadas de mármore não havia sido colocado o antiderrapante, não havia sido colocada uma rede, que já tinha sido pedida para a lateral das escadas, para evitar quedas; em relação às janelas, havia sido pedido a colocação de uma proteção para os meninos para não as abrirem, tal também não foi acautelado; as raízes das árvores também estavam expostas e era perigoso, porque potenciavam as quedas das crianças. Deu nota,



também do muro no canto que tinha uma racha que se via tudo do outro lado; os espelhos das casas de banho estavam colados à parede com fita-cola, não existia qualquer tipo de sabão para as crianças se lavarem, nem toalhetes para limparem as mãos. Uma das coisas que mais impressionava e parecia de maior gravidade era o beiral do telhado que estava a cair. Informou ainda dum canto que estava fechado de facto à entrada do portão da escola, mas cheio de lixo das obras e, inclusive, vidros partidos. Na opinião da Peticionária, o perigo que existia ali era iminente, ao contrário do que lhes tinha sido dito. A parte mais grave, no seu entender, é que ainda mal começaram as aulas e as crianças já estavam todas esfoladas. Como o chão do recreio era todo em alcatrão, assim que os meninos caíam, ficavam logo todos esfolados. Narrou ainda que um dos meninos, dos mais velhos tinha entrado na zona dos mais novos, porque tinha uma horta para regar, e o que havia ficado combinado era que sempre que os meninos mais velhos tivessem de se deslocar lá seria sempre na companhia de uma auxiliar, situação que não veio a acontecer, tendo culminado com um choque entre o aluno mais velho e o mais novo. A consequência foi a queda do menino mais novo, tendo este ficado com um hematoma na vista. Existia também uma casinha à entrada do portão principal, que tinha a porta aberta, os vidros partidos e a instalação com os fios eléctricos todos descarnados.

Ora, para os Peticionários as situações ante relatadas eram inaceitáveis e que não podiam verificar-se. No seu entendimento para eles, alguém teria que ser de responsabilizado por toda esta situação, até se disponibilizaram para ajudar nas obras ou na limpeza da escola, mas não quiseram.

O Senhor Sr. Pedro Ferreira, na qualidade de peticionário pretendeu também intervir, dizendo que não tinha nada a acrescentar ao que havia sido dito pela Sra. Patrícia Duarte, aditando um pormenor de não menos importância, que era a pressão brutal que foi exercida sobre os Pais, para tirarem as crianças da Escola Vale de Alcântara, como se fosse acontecer um sismo naquele momento. Em termos de instalações, estavam piores como foi anteriormente dito, e, em termos de organização, ficaram ainda pior. Foram alterados os horários dos Professores e dos Auxiliares e das refeições, por causa do barulho que os meninos faziam. Foram alteradas as rotinas das crianças, o que é prejudicial para elas, ao ponto de nem compreenderem o que se está a passar.



Após as audições do Senhor Vereador da Educação e Direitos Sociais e dos Senhores Peticionários, entenderam os Deputados Municipais da 7.ª Comissão Permanente visitar a Escola Manuel da Maia, tendo a mesma ocorrido no dia 16 de maio de 2019.

4) OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DA RELATORA

As forças políticas representadas na 7.ª Comissão Permanente, bem como a Deputada Municipal Relatora – Mafalda Cambeta reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde se procederá à discussão do presente parecer e à votação das recomendações que dele constam.

5) CONCLUSÕES

A promoção da segurança e bem-estar constitui uma prioridade em todo e qualquer tipo de estabelecimento de ensino, não só por obrigação normativa, mas por se tratar de assegurar a todos os utentes, um ambiente agradável e seguro, com repercussões na qualidade do sistema educativo e no desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania.

A segurança e a educação potenciam-se mutuamente e são recursos indispensáveis para o desenvolvimento harmonioso da vida humana.

Assim, atendendo ao facto de as crianças da Escola EB1 Vale de Alcântara tiveram de alterar as suas rotinas, quer físicas, quer sociais, devido ao perigo que corriam naquele estabelecimento de ensino, viram-se na contingência de serem transferidas para a Escola Manuel da Maia.

Ora tal situação preocupou a comunidade local, onde os alunos, pais e familiares residem levando a que estes apresentassem uma Petição, onde manifestaram as suas preocupações, identificaram as situações que consideraram graves e preocupantes.

Deste modo, a 7ª Comissão encetou diligências, nomeadamente procedeu à audição dos Peticionários e após a sua auscultação deste determinou ser imperioso visitar as referidas instalações.

Deste modo, na visita estiveram presentes a Direção da Escola Manuel da Maia, tendo os Senhores Deputados sido recebidos pela Presidente do Conselho Directivo, estiveram

igualmente os representantes da Comissão de Pais, a Senhora Helena Ribeiro, DMMC, Chefe de Divisão DCPE e a Eng. Mónica Ribeiro, Diretora Municipal de Manutenção e Conservação, a cargo das quais tem estado as obras para adaptar o espaço à entrada dos novos alunos do Vale de Alcântara.

Durante visita percorreram-se as instalações de modo a se averiguar as sinalizações apresentadas pelos Peticionários, e no seu decorrer foram detetadas outras situações, que a 7.ª Comissão Permanente entendeu que deviam ser objecto de intervenção e melhoramentos. Os Senhores Deputados foram informados pelas Técnicas da dificuldade de, em tão curto espaço de tempo, instalar os alunos, pelo que havia sido dada prioridade ao que entendiam ser essencial, comprometendo-se, até ao fim daquele mês, concluir todos os trabalhos em falta ou, entretanto, decorrente do funcionamento, considerados necessários.

Assim, concluiu-se que a Escola Manuel da Maia deveria fazer algumas melhorias para proporcionar bem-estar às crianças que foram transferidas para frequentar o 3.º Período Escolar e consequentemente tranquilizar os Encarregados de Educação.

6) RECOMENDAÇÕES

Pelo que face ao exposto, a 7.ª Comissão Permanente propõe à Assembleia Municipal, que se delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa referente às atuais instalações da Escola Manuel da Maia:

- 1) Seja vedada a passagem inferior entre o edifício e o contentor, com o intuito de evitar eventuais quedas de reboco, que possam ferir as crianças no recreio ou quaisquer outras pessoas;
- 2) O pavimento do recreio seja coberto com material apropriado, de acordo com a legislação em vigor;

- 3) Seja construído um telheiro para proteger as crianças das condições climáticas, chuva e do sol, enquanto brincam ou quando está mau tempo, de modo a que não fiquem fechadas nas salas de aulas durante os recreios, por não haver outro espaço coberto disponível.
- 4) Seja disponibilizado um bebedouro.
- 5) O equipamento que estava no recreio da antiga escola seja transferido para o recreio actual, na escola Manuel da Maia.
- 6) Os restos de obra que ainda permanecem no estabelecimento, nomeadamente junto aos muros do recreio seja definitivamente removido.
- 7) A lateral da escada de acesso às salas de aula do 1.º andar seja protegida, para obstar eventuais quedas no fosso da escada.
- 8) Sejam definitivamente instalados os extintores e que os mesmos ofereçam todas as condições de segurança.
- 9) Desta forma, também os quadros elétricos devem estar devidamente protegidos e de modo a assegurar todas as condições de segurança.
- 10) Sejam colocados tubos / manilhas de PVC à volta dos ferros de base das tabelas de basquetebol, por forma a proteger os alunos em caso de embate.
- 11) Informar a Assembleia Municipal Lisboa sobre a implementação e/ou calendarização das presentes recomendações, até ao início do próximo ano lectivo de 2019/2020.
- 12) Recomenda-se ainda, que se seja enviado à 7ª Comissão Permanente, o relatório final do LNEC, logo após a sua conclusão, não só no que diz respeito ao estado da escola EB1c/JI Vale de Alcântara, bem como de todas as outras escolas de Lisboa.



O Presente parecer foi aprovado por unanimidade de todas as forças políticas presentes e representadas na 7.^a Comissão Permanente

Lisboa, 3 de Junho de 2019

A Presidente da 7.^a Comissão

Simonetta Luz Afonso

A Deputada Municipal Relatora



Mafalda Cambeta